



BIBLIOTECAS  
MUNICIPAIS  
DE LISBOA

## 2.<sup>as</sup> JORNADAS DE HISTÓRIA DA IMPRENSA OLISIPONENSE DO *DIÁRIO LISBONENSE* À IMPRENSA ROMÂNTICA OU DE OPINIÃO

### Conclusões

As **2.<sup>as</sup> Jornadas de História da Imprensa Olisiponense** foram inauguradas pela palestra panorâmica do Prof. **Ernesto Rodrigues** (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), versando, precisamente, o transcurso histórico que, na imprensa e no País, levou “**Do *Diário Lisbonense* à Imprensa Romântica ou de Opinião**”. Num balanço lato, mas rigoroso, pelo século XIX português, o Prof. Ernesto Rodrigues assinalou os momentos marcantes de 1820, os trinta anos de convulsão da Monarquia Constitucional subsequentes, a normalização democrática que se lhe seguiu com a Regeneração, instituindo o rotativismo partidário, a estabilização das décadas de 70 a 90 e o aparecimento do Republicanismo, e, por fim, o clima de rutura nacional dos últimos anos, que a crise do *Ultimatum* cristalizou, legando à centúria seguinte um País politicamente tripartido entre Progressistas, Regeneradores e Republicanos. Sobre este pano de fundo, o momento inaugural do itinerário invocado nestas Jornadas fixou-se em 1809, com o aparecimento do oficioso *Diário Lisbonense*, primeiro quotidiano português, surgido no contexto turbulento dos anos de 1807-1811, entre a fuga da Família Real, as Invasões Napoleónicas e o dano da abertura dos portos nacionais — num ano, esse de 1809, em que o número de 24 títulos periódicos sobrepujou em dobro os valores dos dois anos anteriores. Mas foi preciso esperar pela Revolução Liberal para se assistir à explosão numérica da imprensa periódica: demovidas, em maior ou menor grau, as condicionantes à liberdade de expressão (Inquisição, Censura), assente o pacto político na participação livre dos cidadãos no governo da coisa pública e, com isso, valorizada a opinião e o debate de argumentos díspares — para o que a Imprensa era veículo privilegiado —, o quinquénio de 1821-25 viu nascer 61 novas publicações, valor que, para o período de 1836-40, assumia já a robusta cifra de 157 novos títulos. A partir deste último lustro, coube à Imprensa Romântica (em aceção cultural lata) ou de Opinião (em tipologia de conteúdos) transcender em muito estas quantidades: na década de 60, foram mais de 400 os novos periódicos publicados. Do mesmo passo, os títulos de imprensa foram-se tornando mais duráveis, assentes que estavam numa crescente solidez editorial, alicerçada no binómio folhetim/artigo de opinião. Como apontou o palestrante, este movimento culminou no ano de 1868, quando terminaram a sua vida dois monumentos da imprensa portuguesa: *O Panorama* e *o Arquivo Pitoresco*. Os anos seguintes, de afloração do Realismo (com charneira em 1875, pela publicação de *O Crime do Padre Amaro*), marcariam já outra fase na vida da imprensa periódica portuguesa, fora do âmbito desta análise. Ao longo da sua comunicação, não deixou o Prof. Ernesto Rodrigues de invocar as grandes personalidades do periodismo da época (Garrett, Herculano, Castilho e Lopes de Mendonça), nem os títulos

marcantes desta fase da vida da imprensa em Portugal (*O Português, O Panorama, A Revolução de Setembro*, entre outros).

Coube à **Dr.<sup>a</sup> Adelaide Vieira Machado** (Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa) iniciar as comunicações dedicadas a títulos singulares com “**O Diário Lisbonense (1809-1813)**”. Antes da análise em pormenor deste primeiro quotidiano português, publicado entre 1 de Maio de 1809 e 31 de Maio de 1813, a autora traçou-lhe a genealogia tipológica, remontando até ao londrino *Daily Courant* (1702) — que caracterizou —, demarcou as áreas de aproximação e de afastamento entre os diários e as gazetas que os inspiraram, e deteve-se na polaridade de conteúdos entre informação e opinião, seus papéis, funções e pesos na economia editorial que enformava o jornalismo informativo e o jornalismo de opinião. Sobre o *Diário Lisbonense*, surgido em contexto de guerra (Invasões Francesas) com forte pendor anti-napoleónico, procedeu à explicitação dos conteúdos — naturalmente censurados —, repartidos, como era comum ao género “diário”, entre traduções e citações de notícias estrangeiras, informações úteis (movimentos de portos e tráfego marítimo, calendário de luas, etc.), notícias de casos bizarros, publicidade (na última página), publicação de editais e noticiário nacional em registo de citação, donde relevou a particular atenção concedida por este jornal à vida lisboeta. Eram estas matérias vertidas regularmente em 4 páginas por número, numeradas e paginadas anualmente, saídas dos prelos da Impressão Régia e vendidas na Loja da Gazeta e, depois, na livraria de António Manuel Policarpo da Silva — que foi o seu obreiro.

O Dr. **Fernando Egídio Reis** (Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa) trouxe a estas Jornadas uma análise de “**O Jornal Enciclopédico de Lisboa (1820)**”, na sequência do trabalho que vem prosseguindo de estudo dos jornais enciclopédicos portugueses. Este foi o terceiro título desta “linhagem”, iniciada pelo *Jornal Enciclopédico dedicado à Rainha* (1779; 1788-1793; 1806) e continuada pelo *Semanário de Instrução e Recreio* (1812-1813), títulos em que, aliás, os responsáveis por este novo periódico — José Agostinho de Macedo e Joaquim José Pedro Lopes (cabendo a este a parte científica) — haviam já colaborado. Publicado mensalmente entre Janeiro e Dezembro de 1820, a vida breve deste *Jornal Enciclopédico* foi marcada pela eclosão da Revolução Liberal de Agosto desse ano, a cujos propósitos, ainda que de forma não declarada, se opunha: tendo por propósito a divulgação científica e a edificação moral dos portugueses, valorizando a cultura nacional e blasonando-se de ser órgão de utilidade pública, o *Jornal Enciclopédico* não deixou, pela pena indomável de Agostinho de Macedo, de destilar o seu ódio antiliberal, causticando particularmente os emigrados portugueses que, em Londres e Paris, empreendiam projetos homólogos de divulgação científica. Na sua intervenção, Fernando Egídio Reis classificou a natureza e temas dos conteúdos que, entre notícias traduzidas ou “adaptadas” de jornais estrangeiros e artigos originais de opinião, preencheram as páginas do *Jornal Enciclopédico*.

Ao abordar “**A Revolução de Setembro (1840-1901)**”, o Dr. **Álvaro Costa de Matos** (Hemeroteca Municipal de Lisboa | Centro de Investigação Media e Jornalismo) “transportou” as Jornadas para outro período da vida nacional de

Oitocentos: o da disputa constitucional que desaguarda na Regeneração e a subsequente pacificação do País. Por impossibilidade prática de dar nota pormenorizada de uma publicação que durou assinaláveis 61 anos, o autor deteve-se com minúcia no período de publicação de *A Revolução de Setembro* entre 1846-47 e 1882. Não deixou, contudo, de dar nota bibliográfica introdutória dos estudos dedicados a este periódico, nem de estabelecer o quadro referencial onde teve curso de vida este que foi um dos mais importantes jornais portugueses do século XIX: desde logo, o momento de expansão do periodismo vivido a partir da Regeneração — marcado nacionalmente pela particular característica de uma profusão de títulos com baixa tiragem (que só estabilizaria em equilíbrio no fim do século) —, a afirmação de Lisboa (Bairro Alto) como capital incontestada da imprensa periódica portuguesa (rompendo o nivelamento vigente com o Porto) a partir da década de 50, e a crescente politização da opinião pública num quadro político consolidado. Neste contexto, *A Revolução de Setembro*, fundada por José Estêvão, Mendes Leite e Silva Castro, foi dada a público como órgão de opinião oficioso do Setembrismo, centrado na vida política de Lisboa, doutrinário na defesa da Constituição de 38 por contraposição à Carta Constitucional e, de forma iniludível, dando combate feroz a Costa Cabral. Ao sucesso fulgurante que conheceu desde o início, viria a somar-se o êxito que a cooptação da pena de Rodrigues Sampaio (já então figura maior da imprensa) trouxe à *Revolução*, particularmente a partir de 1844, quando assumiu a sua direção. A crescente influência da opinião de Sampaio, da qual e pela qual o jornal vivia, consubstanciou-se na identificação perfeita entre veículo e redator: a “Revolução do Sampaio” ou o “Sampaio da Revolução” eram expressões de curso corrente. E, se Rodrigues Sampaio foi nos primeiros anos o motor da radicalização da *Revolução*, foi também ele que, pelo seu reposicionamento político, converteu o jornal em órgão moderado após 1851. Pelo caminho, a vertente editorial política atenuou-se e novas secções abriram espaço à diversificação de conteúdos — num movimento de captação de novos públicos que sustentou a longevidade do jornal. Analisando com minúcia a economia editorial do jornal, a distribuição de matérias e os tipos de conteúdos que o preencheram, Álvaro Costa de Matos deu nota dos nomes que *A Revolução de Setembro* congregou, especificou a sua natureza eminentemente opinativa, elucidou o papel que nela se materializou do redator como político de jornal e não jornalista, e sobrelevou a sua importância como órgão de arregimentação da opinião pública para uma causa política.

Em contraponto à proeminência do “político” no periódico anterior, a **Dr.<sup>a</sup> Rita Correia** (Hemeroteca Municipal de Lisboa) trouxe às Jornadas algumas reflexões sobre a “**Revista Universal Lisbonense (1841-1859)**”, fundada por António Feliciano de Castilho, a 1 de Outubro, com o título de “*Revista Universal*”. Era um semanário de natureza enciclopédica e apolítica — não sendo estranho a essa opção o movimento a favor da «reconciliação dos partidos», que tivera a sua primeira materialização na Constituição de 1838, que estava em vigor quando a *Revista* nasceu; e réplicas no governo do conde do Bonfim, nas eleições de 1840, e no governo de António Augusto de Aguiar, então em exercício. Só no início de 1842, quando já era evidente que a «reconciliação» estava ameaçada por uma crescente atividade facciosa, a publicação lançou alguma luz sobre os valores que a orientavam, defendendo

um jornalismo capaz de refletir a pluralidade de interesses presentes na sociedade; isento, mas eficaz, isto é instrutivo e orientado para o bem comum; e afirmando-se guiada pelo dogma de que o progresso e a felicidade dos povos só eram atingíveis através da lenta transformação social e não por via revolucionária. Foi uma declaração de princípios que antecipou por poucos dias a reinstauração da Carta Constitucional, em resultado de um pronunciamento militar que eclodiu no Porto, a 27 de Janeiro, liderado por Costa Cabral. Curiosamente, foi nessa altura que a revista assumiu o título de "*Revista Universal Lisbonense*". Em consonância com o "programa" de ação que definira, a revista distribuía a sua atenção por todas as áreas de atividade e todos os domínios do conhecimento, da cultura e das artes. Divulgava práticas de sucesso, experiências novas e invenções desenvolvidas no estrangeiro e pátria; promovia o gosto pela leitura, o teatro e a música; fornecia informação avulsa sobre meteorologia, movimento nos portos, etc., etc.. Um "menu" que configurava uma estratégia para moralizar as elites e desviar a atenção da opinião pública das querelas políticas. Na direção da publicação, a Castilho sucederam-se, Silva Leal e Ribeiro de Sá, mas no essencial a revista manteve a sua linha editorial. Rita Correia enfatizou ainda o conjunto muito vasto de colaboradores da Revista (chegou a superar a centena, num ano), entre os quais figuravam autores maiores da nossa literatura romântica, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Andrade Corvo, Bulhão Pato, Camilo Castelo Branco, José da Silva Mendes Leal, Lopes Mendonça, entre muitos outros.

A concluir estas 2.<sup>as</sup> Jornadas de História da Imprensa Olisiponense, o **Dr. João Carlos Oliveira** (Hemeroteca Digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa) fez a apresentação pública da versão em linha do "**Arquivo Pitoresco: semanário ilustrado (1857-1868)**", que doravante passa a estar disponível na **Hemeroteca Digital de Lisboa** [<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>]. Tendo caracterizado o *Arquivo Pitoresco* nos seus elementos mais relevantes — contextualizando-o na tipologia do periodismo literário de instrução popular donde se destacou *O Panorama* —, enunciado os nomes dos seus colaboradores mais proeminentes, e sublinhado a importância desta publicação como fonte histórica, João Carlos Oliveira explicou brevemente os processos técnicos envolvidos na digitalização destes 572 fascículos semanais de oito páginas cada (uma coleção de média envergadura no âmbito total da HD). Prosseguiu a apresentação com o enquadramento do *Arquivo* no projeto global da HD (quase a atingir os 200 títulos) e terminou com uma útil demonstração e exemplificação das funcionalidades da Hemeroteca Digital.

Por Pedro Teixeira Mesquita

Lisboa, HML, 9 de Dezembro de 2013.